

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 10 de março de 2009

Local: Syndarma - Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Diego Folly (Assessor Técnico – Governo); Júlio Colpo (MS/ANVISA); Marcelo Felga (MS/ANVISA); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Adilson Guimarães Garrido (FUP); Odilon Braga (CONTTMAF); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Armando Vidigal (SYNDARMA); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Luiz Molle (PETROBRAS); Maria Cristina Reis (Assessora Técnica - Empregadores); Franklim Rabelo de Araújo (Assessor Técnico - Governo)

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi recuperada e aprovada a ata da 26ª RO.
3. Retomou-se a continuidade da discussão do tema “DAS CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO”, sendo aprovado os itens abaixo descritos:

PROTEÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA A BORDO

1. Em caso de urgência, quando um trabalhador não dispuser de um medicamento indispensável por prescrição médica e esse não estiver disponível na caixa de medicamentos da plataforma, o responsável pela operação da instalação deverá tomar todas as medidas necessárias para a sua obtenção ou providenciar o desembarque do trabalhador.

Neste item foi acordada complementarmente a inclusão do seguinte texto no subitem 4.1.1- Obrigações do Trabalhador – do Anexo de Plataformas:

“Transportar para bordo os medicamentos indispensáveis ou de uso contínuo, por prescrição médica”.

2. Todas as plataformas e instalações de apoio com mais de 50 trabalhadores a bordo devem possuir a bordo um ou mais profissionais de saúde devidamente habilitados e treinados para prestar assistência à saúde e primeiros socorros.
 3. As plataformas e instalações de apoio que não tenham profissionais de saúde a bordo devem possuir entre seus trabalhadores uma ou mais pessoas especificamente capacitadas em atendimento de primeiros socorros.
 4. Todas as plataformas com mais de 30 trabalhadores a bordo devem dispor de uma enfermaria.
 5. Podem ser adotadas medidas no sentido de estabelecer uma cooperação internacional na promoção da saúde e assistência médica dos trabalhadores embarcados, com empresas que desenvolvam atividades similares.
4. Houve consenso em remeter os itens mencionados abaixo para discussão posterior na parte do Anexo de Plataformas que tratará sobre acidentes ampliados:

Todas as plataformas situadas num mesmo campo ou numa mesma área geográfica, devem cooperar mutuamente no sentido de fomentar a proteção da saúde e a assistência médica dos trabalhadores a bordo.

Tal cooperação deve prever no mínimo:

- a. elaboração e manutenção de um plano de ajuda mútua (PAM) e um plano de controle de emergências (PCE) de modo a coordenar os esforços de busca e salvamento e organizar a assistência médica e evacuação de trabalhadores gravemente enfermos ou acidentados a bordo, com acesso a um centro de coordenação de operações de salvamento com serviço de helicópteros para casos de urgência.
 - b. compilação e manutenção uma lista de médicos e centros de assistência médica disponíveis para serem acionados em caso de urgência e acidentes.
 - c. meios para desembarque de trabalhadores a bordo com vistas a um tratamento de urgência.
5. Foi apresentada a proposta do governo sobre SESMT e CIPA em Plataformas que será tema de discussão da próxima reunião:

SESMT:

Operadoras de instalação ou empresas prestadoras de serviço a bordo de plataformas e instalações de apoio devem dimensionar seus SESMT, obedecendo a regulamentação previstas na Norma Regulamentadora - NR-4, devendo atender complementarmente as seguintes regras específicas, conforme o caso:

1. Em cada plataforma ou instalação de apoio habitada, o operador da instalação deve manter a bordo, 01 técnico de segurança para cada grupo de 50 trabalhadores ou fração, considerando-se o conjunto total de trabalhadores a bordo.
2. Empresas prestadoras de serviço de serviço que mantenham a bordo mais de 50 empregados, devem manter na plataforma ou instalação de apoio 01 técnico de segurança para cada grupo de 50 trabalhadores, pelo tempo que durar a prestação do serviço.
3. Os técnicos de segurança que prestam serviço a bordo serão considerados como integrantes do SESMT da sua respectiva operadora de instalação ou empresa terceirizada.

CIPA:

Os operadores de instalação ou empresas prestadoras de serviço a bordo de plataformas devem dimensionar suas CIPA obedecendo a regulamentação prevista na Norma Regulamentadora -NR-05 e convenções ou acordos coletivos de trabalho, naquilo que for mais favorável, devendo ainda atender complementarmente as seguintes regras específicas:

1. Cada plataforma ou instalação de apoio deve constituir um GSSTB, com as atribuições e regras previstas na Norma Regulamentadora NR-30, sendo sua constituição formado por:
 - a. GEPLAT
 - b. COPROD
 - c. TEC SEGURANCA
 - d. TEC DE ENFERMAGEM
 - e.
 - f.
 2. Caso exista a bordo algum CIPEIRO ou CIPISTA eleito ou indicado, ele deverá participar das reuniões do GSSTB, sendo considerada sua participação como presença na reunião da CIPA da empresa a qual pertença.
 3. Todas as decisões tomadas na reunião do GSSTB que digam respeito a sua empresa, devem ser incluídas na ata da CIPA para a tomada das devidas providências por parte da empresa.
6. Nada mais havendo a tratar, a 28ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 24 de março de 2009 das 10:30 às 17:30 hs, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para continuidade das discussões.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas